



DO ORDINÁRIO AO CONCRETO: ESTUDOS CULTURAIS E A POLÍTICA DE ESCALA*

Anna McCarthy**

Resumo – Neste artigo, explora-se as implicações da compreensão do termo “escala” como conceito metodológico, visando principalmente argumentar em favor da possibilidade do emprego frutífero dessa noção em discussões sobre a metodologia de pesquisa dos estudos culturais. Para tanto, discorre-se sobre a transição de perspectiva metodológica na agenda de pesquisa dos estudos culturais, a qual foi de uma ênfase sobre a ideia de “ordinariedade” à ênfase, a partir da década de 1980, sobre a ideia de “concretude”.

Palavras-chave: Escala. Estudos culturais. Metodologia. Pesquisa. Política.

Nos anos 90 os estudos culturais começaram a esquecer de seu comprometimento com a ordinariedade enquanto objetivo cívico positivo (HARTLEY, 1999, p. 16).

A palavra *escala* é um substantivo complexo e altamente abstrato que expressa diferentes tipos de relações proporcionais, desde o tamanho comparativo dos fenômenos físicos à relação matematicamente calculável entre um objeto e sua representação. Por conta do conceito de *escala* ser tão abstrato e abrangente, este ensaio viola alguns princípios básicos de composição e começa com definições de dicionário, elaborando a história do uso da escala nas ciências humanas. Vai tornar-se evidente por meio deste breve estudo que, apesar de *escala* não aparecer nas *Palavras-chave* de Raymond Williams, ela certamente se qualifica para o estatuto de palavra-chave. Os problemas de sua definição, em outras palavras, estão “inextricavelmente ligados aos” problemas que ela está tentando descrever (WILLIAMS, 1976, p. 13). Ao explorar essa ambiguidade e riqueza conceitual, o ensaio a seguir pergunta o que o conceito de escala significa para a metodologia dos estudos culturais. Embora a palavra não seja comum na pesquisa em estudos culturais, vou propor historicamente que uma política de

* Artigo originalmente publicado sob o título “From the ordinary to the concrete: cultural studies and the politics of scale” na obra *Questions of method in cultural studies*, editada por Mimi White e James Schwoch (Blackwell Publishers, 2006). Os direitos para a realização desta tradução foram gentilmente cedidos pela autora. Texto traduzido por Jean Rodrigues Siqueira e Breno Bitarello.

** Professora do Departamento de Estudos de Cinema da Universidade de Nova York, coeditora do periódico *Social Text* e do livro *MediaSpace: place, scale and culture in a media age* (Routledge, 2004) e autora do livro *Television: visual culture and public space* (Duke, 2001). E-mail: anna.mccarthy@nyu.edu

escala tem motivado intervenções dos estudos culturais na forma como o conhecimento é produzido nas disciplinas e espaços do ensino superior. Os estudos culturais, como movimento político entre os intelectuais situados no interior de uma variedade de campos de investigação, assim como em outras instituições, como as artes e o governo, têm sido definidos por agendas de pesquisa que, em resposta a certas condições sociais dentro e fora da academia, variam muito de região para região, bem como historicamente. No entanto, eles têm consistente e persistentemente chamado a atenção para as implicações políticas mais amplas de problemáticas metodológicas baseadas em escala, tais como a relação entre microprocessos e macroprocessos sociais, ou o estabelecimento de condições válidas para a generalização empírica. Questões de escala, demonstram os estudos de pesquisa cultural, não só moldam as formas e os objetivos da produção de conhecimento, mas também servem como conexões entre a atividade intelectual e outras formas de prática social. Ao dar aos leitores um relato de como o "problema" da escala, quer explicitamente chamado assim ou não, moldou terminologias descritivas e programas de pesquisa dentro dos estudos culturais, este ensaio oferece um conjunto de critérios para avaliar como o trabalho politizado na academia poderia encontrar valor na reflexão em curso ao refletir acerca de suas agendas em termos de escala.

De acordo com a segunda edição do *Oxford English Dictionary* (OED) (1989)¹, os primeiros usos do substantivo *escala* como conceito metodológico aparecem no início da taxonomia moderna. Eles derivam do terceiro significado da palavra, a palavra do inglês médio para *escada*, que permanece em seu uso atual como um verbo que significa *subir*. A aplicação dessa palavra à música, primeiro documentada no século XVI, deriva desse uso. No início do século XVII, uma explosão de usos associados a hierarquias de conhecimento, abstração e representação emergiram desse significado raiz. No século XVII, escala passou a ser concebida como uma ideia de material semelhante ao subir uma escada em um novo tipo de serviço: como um modelo para conceitualmente apresentar ordens de ser. Isso coloca *escala* como "uma sucessão ou série de passos ou graus; uma série graduada, sucessão ou progressão; esp. uma série graduada de seres que se estende das mais baixas formas de existência para as mais elevadas" (OED, 1989, def. 5a). Sua primeira ilustração é de 1605, em *Da proficiência e o avanço do conhecimento divino e humano*², de Francis Bacon (1605 apud OED, 1989): "a especulação [...] Que todas as coisas ascendem por escala à unidade". Aqui temos *escala* referindo-se a um tipo de hierarquia metafísica, culminando em algum tipo de unidade plena, identificada por Foucault (1970) nos procedimentos taxonômicos das primeiras ciências humanas modernas.

Por volta da mesma época, a palavra *escala* passa também a expressar relações de proporção quantificadas e exatas. Usos que datam de 1607 definem o termo como se referindo ao "tama-

1 - Todas as referências a seguir são relativas à versão *on-line* não paginada.

2 - Das diversas obras mencionadas pela autora no corpo do texto, aquelas com tradução disponível para o nosso idioma tiveram os títulos de sua versão em português lançados no próprio texto. As obras sem tradução para o português permaneceram com os títulos que aparecem na versão original do artigo.

no ou extensão relativa ou proporcional, grau, proporção" (OED, 1989, def. 12a). Essa definição, que traz à tona as operações matemáticas de razão, atribui um tipo adicional de sistematicidade à ideia de escala como ordem hierárquica. Se o uso que Bacon faz de escala em 1605 a torna uma expressão em que coisas ou seres estão localizados em alguma escada metafísica predeterminada, colocar em cena a *proporção* possibilita livrar-se da escada inteiramente. Escala como proporção permite que um observador apreenda o significado de algo simplesmente comparando-o com outras coisas, sem referência a padrões externos de julgamento. Esse sentido de escala baseado na proporção se expandiu ao longo do século XVII a fim de incluir as relações quantificadas entre objetos e suas representações. Esse desenvolvimento, que parece intimamente ligado à direção do pensamento político no século XVII, define *escala* como "a proporção que a representação de um objeto tem para o próprio objeto" (OED, 1989, def. 11a). Dessa definição deriva a expressão adjetiva de *escala*, referindo-se a uma interpretação "com exatidão a representação proporcional de cada parte do modelo" (OED, 1989, def. 11a).

Essa definição de escala como representação proporcional poderia ser pensada como um grande momento, já que tem claras implicações para a produção do conhecimento, especificamente com relação à emergência do empirismo. Na representação proporcional, as relações entre o referente e o signo são exatas e quantificadas. O signo é uma reprodução fiel de alguns aspectos-chave do referente (suas proporções) e, assim, pode ser tratado como idêntico ao referente em certas circunstâncias. Esse é o princípio da escala na cartografia, e, de fato, todos os exemplos fornecidos para essa definição são cartográficos, começando com uma referência de 1662 a um mapa de Londres.

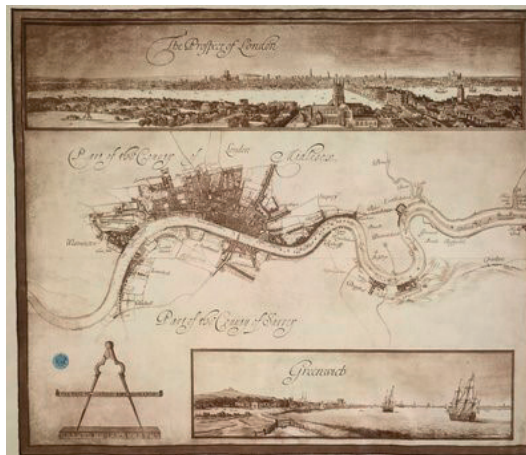


Figura 1 Mapa de Londres de 1662 desenhado por Jonas Moore e ilustrado por Wenceslaus Hollar.

Fonte: The British Library (2014)³.

3 - O referido mapa não aparece no texto original.

Relações de escala, propõe essa definição, são relações que podem ser confiáveis porque são matematicamente derivadas, garantindo assim uma relação estável entre a representação e o real. Essa estabilidade fornece um modelo para o conhecimento empírico, pois a possibilidade de encontrar um mecanismo de tradução, ou mapeamento, que ligue as coisas materiais e suas representações em uma relação precisa, repetível e empiricamente conhecida estende-se ao processo de representação no *pensamento*.

No entanto, usos simultâneos do conceito de escala, os quais se estendem para além das aplicações matemáticas em direção ao reino subjetivo do julgamento e análise, apontam para o enigma metodológico que a escala continua a introduzir no processo de investigação. Os primeiros usos modernos da escala como "um padrão de medição, cálculo ou estimativa" (OED, 1989, def. 13) aplicam-se não apenas à apreciação física, mas também ao processo de raciocínio, especificamente às condições sob as quais a razão pode ir do particular para o universal. O OED oferece como um exemplo de tal uso uma declaração de Bacon acerca da metodologia no *Sylva Sylvarum or A Natural Historie*, de 1626: "Axiomas Definidos devem ser extraídos de Instâncias Medidas; E assim, por Escala, o Assentimento deve ser dado aos Axiomas mais Gerais" (OED, 1989, def. 13). Aqui, o conceito de escala ajuda a estabilizar uma dicotomia necessariamente sombria: a relação entre observação física e especulação mental no raciocínio indutivo. Bacon usa a escala para explicar como proposições teóricas são derivadas, mostrando que elas são sínteses em larga escala de fenômenos empíricos menores, descontínuos. Para usos anteriores de *escala* como expressão de ordens de hierarquia (a escada) e relações de proporção (o mapa), essa proposta metodológica acrescenta a ideia muito mais complicada de escala como uma expressão de relações entre especificidade física e generalidade teórica, em outras palavras, como graus em um contínuo conceitual abrangendo desde a materialidade em uma extremidade até a abstração na outra. Na construção de uma linha entre as duas, a *escala* regulariza o processo de produção de conhecimento ao sugerir que há uma relação proporcional entre o dado, o axioma definido e o axioma geral.

Com esse sentido final de escala como, de certo modo, um caminho conceitual entre o físico e o mental, os primeiros usos modernos da palavra solidificaram seu poder atual como um preceito metodológico. Escala se torna um conceito capaz de gerenciar dicotomias em múltiplas dimensões epistemológicas, disciplinando a produção do conhecimento por meio de procedimentos de medição física, representação quantificada, avaliação qualitativa ("ordem do ser") e abstração intelectual. Mas essa mesma elasticidade é também uma deficiência. A explicação do método indutivo por Bacon é interessante pela maneira como ilustra a instabilidade da escala como uma técnica de gestão de dicotomia. Nessa declaração, ele consegue afirmar a existência de universais (Axiomas Gerais) e ao mesmo tempo reconhecer a necessidade da convenção e arbitrariedade, mesmo que apenas retoricamente: é o processo cultural, na verdade eletivo, de "assentimento" que forja a conexão metonímica entre os

"Axiomas Gerais" e os "Definidos", e um processo metaforicamente físico ("extrair") conecta os últimos ao mundo medido e empírico. A declaração de Bacon não implica uma ruptura definitiva entre o mundo material e a consciência, entre particulares e universais, o concreto e o abstrato. Embora ela possa distingui-los um do outro, ao mesmo tempo oferece o raciocínio de indução baseado em escala como uma linha de ação e retórica ativamente conectando pensamento e coisa, observação e especulação. Isso faz as ordens de escala parecerem fundamentalmente discutíveis, sempre abertas a julgamento e dependentes do relativismo.

A partir desta excursão etimológica deve ficar claro que, embora as decisões baseadas em juízos de escala claramente sejam centrais para convenções metodológicas na moderna investigação intelectual, esses procedimentos parecem emaranhados e escorregadios quando os consideramos mais de perto. Os tipos de relações designadas por *escala* vão além do simples sentido físico de tamanho. Eles atravessam a divisão qualitativo/quantitativo, permitindo um movimento conceitual entre argumento e evidência, generalidade e especificidade, concretude e abstração. É por causa dessa instabilidade que as ordens de escala executam tantas tarefas epistemológicas básicas dentro dos aparatos modernos de produção do conhecimento nas disciplinas acadêmicas. Tomados individualmente, os diversos procedimentos metodológicos que organizam a pesquisa por meio de escala são cruciais para o gerenciamento de incertezas sobre como ligar objetos conceituais e/ou materiais que são de diferentes graus de tamanho e abstração. Ordens de escala estabelecem padrões e prioridades na pesquisa. Concepções de escala apropriadas determinam os limites de estudos de caso. Elas moldam agendas de pesquisa no espaço e no tempo, em relação às regiões geográficas e periodização temporal. Menos obviamente, um sentido de escala dá forma a relações entre materiais primários e secundários – uma relação que não é apenas temporal, como implicam os termos, mas também uma relação entre duas escalas conceituais: o particular e o geral. Elas estabelecem campos e subcampos de investigação (por exemplo, micro e macroeconomia), e ajudam a distinguir entre teoria e método na pesquisa empírica. As palavras de E. P. Thompson (1984, p. 14) são exemplares aqui:

[às vezes] a metodologia é usada no lugar da teoria. [Mas] não há tal coisa como uma metodologia, que é o nível intermediário em que a teoria se divide nos métodos apropriados que você vai usar [...] para testar essa teoria, e igualmente em que resultados empíricos são criados para modificar a teoria.

O uso do termo *nível* por Thompson para descrever essas formas de abstração e generalização indica a persistência do esquema de Bacon em situar a teoria em uma relação conceitual com a observação e o registro. Isso sugere que o que poderia ser chamado de "axiomas gerais" da teoria é formado a partir do que correspondentemente seriam os "axiomas específicos" do método. É uma relação na qual o método é ao mesmo tempo a "coisa" elementar

a partir da qual a teoria é formada e, na sua especificidade, algo fundamentalmente *outro* que a teoria.

Uma ordem de escala também desempenha um papel central na definição de termos *dentro* da metodologia; especificamente, ela faz a distinção entre *método* e *técnica*. Esta, observam dois historiadores, refere-se ao processamento de rotina de evidências (anotações, contagem etc.), enquanto *método* define o processo mais geral de reflexão acerca das condições de produção de conhecimento (KARSTEN; MODELL, 1992, p. 1-2). Ordens de escala são, portanto, ativas na definição de problemas metodológicos dentro e entre as disciplinas. Historiadores, críticos literários, sociólogos, biólogos, economistas devem todos se esforçar para conciliar os diferentes níveis em que sua pesquisa procede, equilibrando o alcance de suas conclusões com o tamanho de seus dados, e articulando os tipos de conhecimento que são permitidos pelo alcance de sua pesquisa.

Conforme isso poderia sugerir, as ordens de escala também proporcionam às disciplinas um quadro pronto dentro do qual se podem lançar críticas a certos projetos de pesquisa. Sempre que a metodologia de um projeto desvia das escalas convencionais de análise, ela pode ser disciplinada e corrigida, e mesmo abatida mediante apelos aos tipos de evidência que são produzidas em outras escalas de análise. Você pode comparecer a um painel de historiadores do sistema mundial pela manhã e censurá-los pela ausência de "vozes" em suas explicações e então, à tarde, criticar um painel de etnometodologistas e micro-historiadores por não levarem em consideração o quadro geral. Em cada caso, o que você está pedindo é uma coisa impossível: uma postura de pesquisa que ofereça uma visão total e que seja capaz de se mover sem esforço entre as escalas. Você está exigindo, em outras palavras, um pesquisador que incorpore o sujeito liberal ideal, capaz de sintetizar todas as formas de conhecimento, e um programa de pesquisa capaz de absorver todas as perspectivas epistemológicas (TINKCOM, 2002). Assim, Peter Burke, questionando o valor das "histórias do interesse humano" da micro-história, clama para os historiadores

[...] ligarem o microssocial e o macrossocial, as experiências com as estruturas, as relações face a face com o sistema social ou o local com o global. Se essa questão não for levada a sério, a micro-história pode se tornar uma espécie de escapismo, a aceitação de uma visão de mundo fragmentada em vez de uma tentativa de dar sentido a ela (BURKE, 2001, p. 116-117).

Deve-se notar que esse desejo por um holismo impossível não está limitado aos pontos de vista dos historiadores profissionais. Na sociologia, observa Randy Martin (2001, p. 65), a busca pela totalidade é evidente no legado parsoniano: "Para o modelo sistemático-teórico, as sociologias alternativas [dos etnometodologistas] foram relegadas a ocupar o lugar do micro na própria sintaxe que elas deveriam perturbar". O funcionalismo, com seu trabalho de

modelos de escala do mundo social livre de sobressaltos, serve, portanto, como uma espécie de superego disciplinar, gerando críticas repetitivas que tornam impossível que o "local" seja simplesmente local – ele tem de ser situado como típico, ou não típico, de algum tipo de fenômeno não local, não concreto.

ORDENS DE ESCALA EM ESTUDOS CULTURAIS

Tendo exposto as origens da escala como um conceito metodológico e esboçado algumas de suas funções correntemente centrais no pensamento metodológico e debates dentro das disciplinas, quero me voltar para o que esse conceito significa para os estudos culturais. Mas isso significa, primeiro, perguntar o que a metodologia pode significar fora de um contexto disciplinar, dentro de um movimento intelectual sensível principalmente às condições políticas dentro e fora da academia e, apenas de forma secundária, aos protocolos para a produção de conhecimento que são estabelecidos no interior de campos convencionais de pesquisa. Se a construção de um método, independentemente do estatuto disciplinar, faz parte de toda pesquisa e, além disso, se toda pesquisa necessariamente envolve seleções e avaliações com base em ordens de escala, então o que guia esses procedimentos no âmbito dos estudos culturais? Vou argumentar nesta seção, assumindo a agenda esquerdista que historicamente definiu os estudos culturais como um movimento, que esses procedimentos são – na verdade *deveriam* ser – guiados por considerações políticas particulares. E, além disso, vou sugerir que a complexidade da escala como um conceito assume uma forma particularmente gratificante de definir, de fora, as intervenções metodológicas nas disciplinas. O relativismo escorregadio de ordens de escala – sempre aberto à possibilidade de adicionar mais um grau de tamanho ou ampliação, mais um nível de concretude ou abstração, sempre produzindo continuidades entre coisas e ideias, entre universais e os particulares que os produzem – as torna ferramentas de pensamento altamente heurísticas⁴.

Em um nível muito geral, pode-se observar, por meio das quebras disciplinares mais amplas, contextos disciplinares e argumentos "geracionais", a presença consistente de uma po-

4 - O esclarecedor trabalho sobre a política de escala na disciplina de geografia está fora dos limites deste ensaio. No entanto, devo notar que o meu próprio pensamento sobre esse assunto é fortemente influenciado pelo trabalho de geógrafos, em particular os escritos de Doreen Massey (1994), Neil Smith (1992) e David Harvey (1996). Para um excelente panorama, escrito por um geógrafo especialista em meios de comunicação, a respeito das maneiras como a escala moldou o pensamento sobre mídia e política, ver Clive Barnett (2004). Uma explicação do trabalho conceitual da escala na pesquisa cultural seria novamente diferente se fosse escrita a partir da perspectiva disciplinar da antropologia – um ponto levantado coletivamente por Birgit Meyer, Charles Hirschkind, Mattijs van der Poort e Steve Hughes em resposta a um esboço deste ensaio apresentado em 2003 no Centro de Investigação em Religião e Sociedade, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Amsterdã. O generoso parecer deles foi muito apreciado; quaisquer erros no ensaio são meus (N. da A.).

lítica de escala no estabelecimento da agenda dos estudos culturais. Uma das conexões mais óbvias é a suspeita básica de abstrações generalizadas, embora essa seja também uma tendência intelectual que, na América do Norte, leva à confusão ocasional entre os estudos culturais e o pós-modernismo. Essa suspeita é evidente em um dos ditames mais citados de Raymond Williams (1958, p. 300), pedagogicamente inestimável para os professores de estudos da mídia, de que "Não há, de fato, massas; há apenas maneiras de ver pessoas como massas". É igualmente presente na afirmação de Marianne de Laet (2001, p. 101) de que a antropologia da ciência e da tecnologia compartilha com os estudos culturais um compromisso de "rastrear exatamente *como* os particulares se tornam universais". No entanto, a política de escala nos debates metodológicos dos estudos culturais vai além do antifundacionismo. No reino da crítica, a preocupação com as relações de poder de escala é evidente tanto naqueles ataques externos aos projetos dos estudos culturais como naqueles destinados a modificá-los a partir de dentro. Neste último campo, estudiosos não ocidentais e australianos dos estudos culturais observam que seu trabalho é regido por uma geopolítica do "Ocidente e o resto". Assim, por exemplo, fazer estudos culturais em Hong Kong significa ignorar um público local em favor do reconhecimento de leitores internacionais e universais de língua inglesa (MA, 2001, p. 271). Uma orientação semelhante com relação a leitores não locais significa que os estudos culturais australianos devem se ocupar de construções teóricas generalizadas tais como "'diferença', 'prazer', 'subversão'", em vez do estudo de textos da mídia nacional, a fim de evitar ser "empurrado, por razões metodológicas, para a 'zona morta' do *muito* específico..." (MORRIS, 1992, p. 457; cf. GROSSBERG, 1997, p. 298). Enquanto isso, os críticos ocidentais acusam que os estudos culturais celebram o local, fetichizam o específico e exageram o poder do indivíduo em detrimento de outras forças estruturais, como a opressão econômica (GARNHAM, 1995; MAXWELL, 2001). O debate é interminável; feministas (legitimamente) respondem com a provocação de que talvez visões machistas da totalidade tornem os críticos incapazes de ver as formas de atividade não capitalista que definem os movimentos diários das pessoas por meio do capitalismo (GIBSON-GRAHAM, 1996). Para aqueles que veem a escolha entre a economia política e os estudos culturais como um "ou/ou", os dois movimentos estão irrevogavelmente divididos por diferenças axiomáticas na escala em que constroem modelos de mudança social.

As várias críticas aos estudos culturais como tendo um sentido inapropriado de escala apontam para algumas diferenças entre a metodologia nos estudos culturais e a metodologia nas disciplinas. Essas diferenças são importantes: se a excelente e apreciativa história dos estudos culturais britânicos de Dennis Dworkin é obrigada a oferecer repetidamente uma crítica cautelosa da aparente recusa, ou inabilidade, de vários pesquisadores em generalizar, então é claro que algumas coisas precisam ser corrigidas (DWORKIN, 1997, p. 84-85, 162, 189). Uma maneira de pensar sobre a diferença é dizer que, dentro de disciplinas, a metodologia é formada não só para governar e refletir acerca da produção do conhecimento, mas

também para policiar a entrada e fazer cumprir as noções algumas vezes reacionárias de "normas" a serviço da "pura" produção do conhecimento (MILLER, 2001). A "ameaça" dos estudos culturais é o seu desrespeito pela ortodoxia disciplinar. Não sendo uma disciplina, os estudos culturais não têm os mesmos tipos de padrões de controle (o que não é a mesma coisa que dizer que ele é incapaz de vigilância ou atos disciplinares). Mas se ele visa produzir conhecimento provisório em vez de eterno (NELSON et al., 1992, p. 6), isso não significa que os estudos culturais não tenham nenhum método, como às vezes se alega (NELSON et al., 1992, p. 2). Na verdade, seus praticantes regularmente se envolvem em debates acerca de métodos específicos, por exemplo, o valor da "crítica cultural" *versus* "política cultural". Na verdade, algumas vezes pareceu que os debates que conduziam às declarações programáticas sobre a direção do campo foram o trabalho mais visível nos estudos culturais. Os estudos culturais claramente têm uma longa história de pensamento metodológico. Mas o que distingue sua reflexão metodológica das mais disciplinares?

A diferença se torna evidente quando contrastamos uma abordagem disciplinar das ordens de escala, tal como a anteriormente citada crítica de Burke à micro-história como sendo meramente "histórias de interesse humano", com uma delineada nos estudos culturais. Um bom exemplo desta é a discussão explícita sobre metodologia e escala no famoso ensaio dos *Dois paradigmas*, de Stuart Hall (1980). O ensaio se insere na discussão entre os empiristas, orientados para o micro, "culturalistas" reacionários (por exemplo, Thompson e Williams) e os "estruturalistas" (teóricos, antiempiristas, althusserianos) que veio à tona nos anos 1970. Tais discussões são em grande parte sobre escala e determinação em modelos marxistas de cultura, binarizadas como uma escolha entre dois comprometimentos: com a teoria e explicação estrutural, por um lado, e com a pesquisa empírica e análise cuidadosa das práticas, por outro. Para Hall (1980), essa dicotomia é falsa. A missão dos estudos culturais não é escolher um ou o outro, mas sim seguir um caminho gramsciano e tentar "pensar *conjuntamente* a especificidade das diferentes práticas e as formas de unidade articulada que elas constituem" (HALL, 1980, p. 72). Agora pode parecer que aqui Hall, baseado na síntese de diferentes escalas, constrói um modelo metodológico estruturalmente comparável ao ponto de vista totalizante do sujeito liberal articulado por Burke. Mas, enquanto Burke assume a existência do "macro" como um nível real e material do social, o modelo de Hall caracteriza o nível macro – a totalidade – como uma forma de abstração e não como uma entidade material.

Hall baseia esse modelo no método dialético de Marx (1973, p. 67-68), em *O capital*, articulado em uma citação aparentemente dos *Grundrisse*: "Na análise das formas econômicas, nem microscópios nem reagentes químicos são úteis. O poder da abstração deve substituir ambos". Em sua exegese do método de Marx, Hall introduz duas metáforas acerca do ponto de vista do pesquisador dos estudos culturais: o microscópio e, mais implicitamente, o mapa. Note-se que na citação acima Marx invoca o processo de manipulação da escala visual pelo

microscópio em oposição ao processo mental da abstração. A análise de Hall, todavia, transforma a oposição em uma analogia. O método de Marx, ele observa,

[...] não repousa no simples exercício da abstração, mas sobre o movimento e as relações que o argumento está constantemente estabelecendo entre os *diferentes níveis* de abstração: em cada um, as premissas em jogo devem ser distinguidas daquelas que – por contra-argumento – têm que ser mantidas. O movimento para outro nível de ampliação (para empregar a metáfora do microscópio) exige a especificação de outras condições de existência não fornecidas em um nível anterior, mais abstrato: desse modo, por abstrações sucessivas de diferentes magnitudes, para se *dirigir à* constituição, a *reprodução* do "concreto no pensamento" (HALL, 1980, p. 68).

Enquanto Marx refere o processo empírico de observação associado à microscopia como uma ilustração do que o processo de abstração dialética *não* é, Hall transforma o processo óptico de se mover entre os diferentes níveis de ampliação em uma analogia *para* o método dialético.

Imediatamente após citar o microscópio de Marx, Hall compõe essa reversão metafórica invocando um sentido diferente de escala. Essa é sua reafirmação do objetivo do método dialético como "reprodução do concreto no pensamento". Essa frase compara a análise dialética não às mudanças na perspectiva alcançadas pela óptica, mas sim por meio da noção de "reprodução", ao processo de representação ou atividade criativa. A proposta de Hall para uma unificação dos estudos culturais baseia-se em relações de escala na medida em que sua invocação do concreto implica que o produto final do método dialético seja algo como o mapa perfeito – e impossível –, um mapa que visa a reprodução de um terreno em uma escala de 1:1. Hall explica, assim, a necessidade e contingência simultânea da abstração ao compará-la, por um lado, à ideia de escala óptica, alterada por lentes colocadas entre o sujeito e o objeto, e, por outro, à ideia de escala representacional, a reprodução proporcional de um objeto.

O que é importante aqui é a maneira como a mudança do microscópio de Marx por Hall faz da abstração um processo material de manipulação de escala, em pé de igualdade com a óptica e a representação proporcional. Sua inversão da metáfora de Marx, portanto, pode ser pensada não apenas como uma tentativa de tornar um conceito difícil mais fácil de apreender, mas também como uma tentativa de sintetizar outro aspecto-chave dos *Grundrisse*, a saber, a afirmação radicalmente relativizadora de Marx (1973, p. 105) de que a *abstração é sempre uma produção material*:

[M]esmo as categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – precisamente por causa do seu caráter abstrato – são, no entanto, no caráter específico das

abstrações, também um produto das relações históricas, e possuem sua plena validade apenas e dentro dessas relações.

Em outras palavras, nada é transcendente todo o tempo. Abstrações (e, por extensão, as expressões de concretude) são historicamente enraizadas e, portanto, variáveis de época para época.

Juntamente com os processos materiais invocados nas metáforas do microscópio e do mapa 1:1, como formas de manipulação do concreto por meio da abstração, essa compreensão radicalmente relativizante e historicamente contingente acerca do que permanece como "generalidade" – na verdade, como *teoria* – assinala a diferença entre o compromisso metodológico dos estudos culturais de se mover por entre as escalas macroanalíticas e microanalíticas e o significado desse movimento analítico nas disciplinas (um significado que admito estar singularizando ao usar Burke como seu homem de palha). Neste, a mudança de escala é entendida como a reconciliação de diferentes níveis de conhecimentos empiricamente derivados acerca do social, mas igualmente estáveis e consistentes. Trata-se do procedimento técnico correto para a produção do pesquisador como sujeito liberal do conhecimento. Nesse contexto, dificilmente é mera coincidência que intervenções micrometodológicas particularmente influentes nas disciplinas, como a de *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg (1980), tenham como tema as condições históricas sob as quais modelos de abstração particulares e subjetivos (ou seja, a cosmologia de Menocchio) são formados (sobre esse ponto, cf. FOUCAULT, 1970). No momento em que Hall descreve os estudos culturais, a mudança de escala é entendida não como um movimento em direção a um maior conhecimento positivista, mas sim como um reconhecimento dos limites de todas as afirmações de conhecimento, sua fundamentação em circunstâncias materiais particulares, tecnologias de mediação e metáforas. Mover-se entre níveis de abstração é uma forma de relativizar conhecimentos, revelar suas origens em condições materiais particulares, não de rivalizar com todo conhecimento.

Isso poderia soar como uma redução dos estudos culturais ao antifundacionismo ou pós-modernismo, mas há diferenças importantes. O que Hall está tentando articular para os estudos culturais é uma compreensão politizada da totalidade social capaz de fundamentar uma metodologia de pesquisa. Ele recusa, portanto, um modelo foucaultiano de concretude para os estudos culturais, tomando como base uma avaliação comumente realizada da posição epistemológica de Foucault:

De modo bem resoluto, Foucault suspende o julgamento e adota um ceticismo tão consumado sobre qualquer determinação ou relação entre as práticas que não as amplamente contingentes, que podemos vê-lo [...] profundamente comprometido com a necessária não correspondência de todas as práticas entre si. A partir dessa posição, nem a formação social nem o Estado podem ser adequadamente pensados (HALL, 1980, p. 71).

Como essa última frase pode sugerir, o compromisso de Hall com o desenvolvimento de "uma teoria adequadamente materialista da cultura" encontra-se na necessidade de compreender a cultura em termos capazes de expandir as formas da *práxis* social. Ele opõe isso ao projeto de Foucault, embora recentes aplicações do trabalho mais tardio de Foucault sobre a mentalidade do governo – uma literatura que aqui vou abordar em relação a um empurrão político cultural em estudos culturais – apontem para uma significativa área de sobreposição. De fato, é interessante observar que tanto Hall como Foucault lutavam, ao mesmo tempo, contra o predomínio do neoliberalismo no final dos anos 1970.

O comprometimento mais amplo dos estudos culturais com a prática política fica evidente em sua banal caracterização como uma formação antidisciplinar, guiada por políticas da esquerda progressista em vez da produção de conhecimento. As implicações metodológicas desse ponto são elaboradas na proposta de Jennifer Darryl Slack (1996, p. 114) de que "o compromisso é sempre o de ser capaz de adaptar nossos métodos na medida em que novas realidades históricas que nos envolvem também permanecem em movimento". Isso sugere que o método poderia ser mais bem pensado em termos de conhecimento e produção de teoria orientada para um debate ou consenso sobre o que a esquerda precisa saber sobre cultura em determinado momento; trata-se de uma maneira particular de se relacionar a teoria à *práxis*. Uma bem conhecida passagem de Engels descreve a *práxis* como o objetivo da teoria porque, afinal, "a prova do pudim está em comê-lo"; momentos de reflexão metodológica poderiam, portanto, ser mais bem entendidos como meios de elaborar receitas para o pudim da *práxis*, seja lá como definida em tal momento. Essa "condição peculiar" levou à caracterização do método dos estudos culturais como uma *bricolage* dinâmica de técnicas autorreflexivas. Na verdade, Lawrence Grossberg sugere que os estudos culturais "têm que ser inventados à medida que avançamos. Assim, os estudos culturais sempre continuam sua reflexão, situam a si próprios e a suas afirmações, limitam seu campo, reconhecem sua incompletude" (GROSSBERG, 1997, p. 285; cf. WILLIS, 1980, p. 95).

Essa é uma definição útil da improvisação metodológica dos estudos culturais, mas há certo idealismo na imagem do "inventando à medida que avançamos". Essa imagem só serve para a metodologia em um sentido muito abstrato, não institucional, projetado fora do contexto confuso e repleto de normas profissionais e relações de poder no ensino superior. A palavra-chave na proposta de Stuart Hall de que foi em Birmingham que os estudos culturais tomaram forma como prática institucional "que poderia produzir um intelectual orgânico" (HALL, 1992, p. 281) é, sem dúvida, *produzir*, pois chama a atenção para as condições materiais do trabalho acadêmico, condições que, como Grossberg observa em outro lugar em uma discussão sobre a americanização dos estudos culturais, trazem os estudos culturais a um alinhamento com problemas complexos acerca da profissionalização, da política de classe acadêmica, e do "turfe" disciplinar (GROSSBERG, 1997, p. 297-298). Assim, embora o modelo de improvisação possa descrever acuradamente as condições ideais de pesquisa em

estudos culturais, a saber, sua capacidade de responder às questões políticas do momento, qualquer tentativa de explicar mudanças nos horizontes metodológicos dos estudos culturais deve enfatizar não só como essas mudanças têm surgido a partir de determinadas circunstâncias históricas e políticas (por exemplo, o *thatcherismo*), mas também como elas têm seguido uma lógica de autocrítica dentro do movimento e em algum tipo de interação com as disciplinas⁵. Embora o processo de reconhecimento, investigação e construção de uma história intelectual e uma trajetória institucional possa não ser tão coerente, evolutivo ou autorizado como parece ser dentro das disciplinas, ele é, no entanto, parte do movimento dos estudos culturais. Mudanças metodológicas nos estudos culturais, pelo menos aquelas orientadas em torno de problemas de escala, podem definitivamente ser rastreadas como respostas a agendas de investigação existentes, sistemas de avaliação em andamento e aprovação do trabalho profissional dos acadêmicos⁶.

Com isso em mente, a próxima seção deste ensaio, ao escrutinar as relações de poder codificadas nas ordens convencionais de escala em que o conhecimento acadêmico é produzido, delinea algumas das maneiras como os estudos culturais têm procurado politizar esse conhecimento e enquadrar a política fora da academia. A ameaçadora intratabilidade da escala como conceito significa que só vou abordar um segmento de sua emergência nos estudos culturais: a formação e a crise da "ordinariedade" como um tópico de pesquisa. A

5 - Podemos ver a evidência do estatuto dos estudos culturais como uma "formação" em vez de uma disciplina coerente no fato de que muitos dos pesquisadores dos estudos culturais que fizeram contribuições importantes para os estudos etnográficos das audiências não terem continuado na etnografia. O momento histórico e geográfico em que tais estudos de audiência tomaram contorno foi sucedido por um conjunto diferente de agendas políticas. O trabalho de David Morley é emblemático nesse sentido. Pode-se traçar um arco de pesquisa a partir de seu clássico estudo *Nationwide*, publicado no início do primeiro mandato de Thatcher, em 1980, para o mais recente *Spaces of identity*, em coautoria com Kevin Robins, um estudo sobre o papel da mídia na formação das identidades nacionais na Europa no limiar da união. Essa mudança de ênfase corresponde intimamente às questões políticas que foram enfrentadas pelos sujeitos britânicos, e posteriormente europeus, nesse período.

6 - A necessidade de situar a metodologia dentro de uma ordem de escala que inclui as condições de produção de conhecimento na academia é facilmente entendida quando se considera que um conjunto contraditório de relações de classe pode ser escorado sob a rubrica metodológica da interdisciplinaridade. Por um lado, o fraco contorno de um "sujeito global" entra em exibição no *bricoleur* ideal inter ou não disciplinar dos estudos culturais, descrito por alguns como uma figura que possui a habilidade e os recursos – ou a "autoridade carismática" (BENNETT, 1998, p. 58) – de se erguer acima das disciplinas e seus métodos. Pode haver uma divisão institucional dentro da profissão, pelo menos nos Estados Unidos, entre aqueles que são interdisciplinares e os que, por motivos que podem ter muito a ver com as demandas de ensino, currículos, status de posse etc., não o são. Mas, por outro lado, a interdisciplinaridade descreve uma relação com a instituição que não é, em nenhum sentido um "erguer-se acima". Na Bretanha pós-guerra, a interdisciplinaridade dos estudos culturais refletia a classe marginal e o estatuto institucional daqueles estudiosos, como Hoggart e Williams, que moldaram o seu surgimento (GIBSON; McHOUL, 2001, p. 24-25). Nos Estados Unidos, os tipos de nomeações acadêmicas que institucionalizam a interdisciplinaridade são repletos de problemas de carga de trabalho e avaliação de desempenho. Mais obviamente, as pessoas que trabalham em estudos sobre as mulheres, sobre os negros e vários estudos na área, muitas vezes recebem nomeações em comum em um ou mais departamentos e/ou "programas", uma situação que pode dobrar a quantidade de trabalho e administração que deve ser feita, para não falar dos espinhosos temas da promoção e retenção envolvidos na navegação não só de mais uma "cultura" departamental, mas também dos interesses de mais de um profissional para um público de trabalho (WISSOKER, 2000). As metodologias são tão moldadas por essas circunstâncias quanto o são pelas questões que estão sendo colocadas pelo momento histórico.

crise deve ser, antes de tudo, vista como contínua com os compromissos políticos dos intelectuais britânicos do pós-guerra que levaram ao surgimento do ordinário, interesses que deslocaram o foco das discussões sobre a cultura da ideia de um bem puro e abstrato para o quadro concreto e material em torno dessas abstrações. A "ordinariedade", como a abstração de Marx, é historicamente específica; o que é considerado ordinário pode mudar radicalmente ao longo do tempo. Como observam Charlotte Brunson et al. (2001, p. 57), refletindo acerca do legado do trabalho sobre estudos de televisão conduzidos em Birmingham nos anos 1970, "o ordinário inquestionavelmente mudou". No entanto, conforme vou sugerir, ainda que aquilo que é considerado como "ordinário" e "concreto", ou como "excepcional" e "abstrato", seja diferente em cada caso, pode-se perceber, apesar disso, uma insistência cada vez maior sobre as inescapáveis condições materiais de produção do conhecimento nas várias arenas de discussões que constituem os estudos culturais.

A ORDINARIEDADE NOS ESTUDOS CULTURAIS BRITÂNICOS

"Ordinariedade" é indiscutivelmente a primeira tentativa dos estudos culturais de manejar as suposições disciplinares de escala a fim de chamar a atenção para determinados objetivos políticos particulares. Em seus escritos dos anos 1950 e 1960, Richard Hoggart, E. P. Thompson, Williams e outros críticos culturais da nova esquerda, historiadores e sociólogos, moldaram a ordinariedade como um objeto conceitual em escala deliberadamente pequena que não era apenas para ser estudado, mas também para ser arremessado sobre os muros das disciplinas e das instituições de ensino superior. *Ordinariedade* é um substantivo abstrato, mas o que ele designava nos primórdios dos estudos culturais era, de certa forma, a incorporação da concretude: o sedimento de práticas que compõem a vida cotidiana em uma pequena escala da experiência vivida. No entanto, a ordinariedade também é algo incrivelmente em grande escala. Como conceito, seu lugar dentro de uma dicotomia dirigida está marcado em oposição ao extraordinário, o notável, o especial, o valioso; se estes são fenômenos escassos, raros e "fora do ordinário", então o ordinário é um recurso em abundância. Mas, paradoxalmente, é tão imediato e onipresente que também é invisível, inefável, efêmero. Assim, como conceito, a *ordinariedade* serviu a um propósito político dentro dos programas de pesquisa acadêmica ao interromper hipóteses convencionais sobre escala e valor, generalidade e importância. As paradoxais ordens de escala contidas e definidas dentro do conceito do ordinário foram, para a esquerda intelectual britânica do pós-guerra, endêmicas para a análise material da cultura. Como escreveu Williams (1958, p. 256), em *Cultura e sociedade*, "a dificuldade com a ideia de cultura é que somos continuamente forçados a estendê-la, até que se torne quase idêntica com toda nossa vida comum".

Em alguns aspectos, analisar a ordinariedade pode parecer comparável a analisar "o cotidiano"; como observa Luce Giard com relação a este, ele "está condenado a um incessante ir e vir do teórico para o concreto e do particular e circunstancial para o geral" (GIARD, 1998, p. xxiii). No entanto, há uma diferença crucial entre o legado francês do cotidiano e a ordinariedade do início dos estudos culturais britânicos. Nestes, o compromisso com a experiência concreta do ordinário entra em erupção a partir das políticas e demandas da classe operária em favor da redistribuição de capital cultural no ensino superior, ao passo que o cotidiano do situacionista francês e seu "pós-vida" expressa compromissos políticos mais difusos, indiscutivelmente mais burgueses, indubitavelmente mais vanguardistas. A ordinariedade no início dos estudos culturais britânicos reflete um desejo de falar sobre a vida das pessoas que trabalham, necessariamente vivida em contextos locais, e as maneiras como as biografias individuais se somam às trajetórias de classe, ajudadas ou prejudicadas por instituições particulares pela disseminação e consumo da cultura. Esse desejo torna-se imediatamente claro para qualquer um que folheie os volumes do *Universities and Left Review* dos anos 1950. É possível encontrar uma variedade impressionante de artigos, comentários de fotoensaios, e resenhas de cinema e televisão orientados para questões acerca de mudanças nas instituições e experiências do cotidiano da classe operária na Grã-Bretanha do pós-guerra. Esse interesse reflete questões políticas e intelectuais levantadas pela esquerda nesse período, como uma resposta às condições sociais dentro e fora da academia, entre elas, as formas aparentes da mobilidade de classe vindas à tona pelo consumo, o abalo no socialismo internacional e a maturação intelectual de uma nova geração de estudiosos da classe operária (sobre esses fatores, ver DWORKIN, 1997, p. 1-124). Dentro desse grupo, tanto o pronunciamento de William de que "a cultura é ordinária" e o de Hoggart no *Uses of literacy*, de 1957, descrito por Hartley (1999, p. 16) como um texto fundador da "semio-história da ordinariedade", ajudaram a definir o metodológico "abaixar" de olhos do "alto" para a "cultura ordinária" como um gesto político. Segundo Frank Webster (2001, p. 81), a atenção microscópica de Hoggart para o detalhe e a cadência distingue o *Uses of literacy* dos estudos sociológicos da vida da classe operária: "você pode ouvir as vozes de pessoas de carne e sangue e sentir a sua presença, você pode *estar lá* de uma forma que a maioria da Sociologia infelizmente deixa escapar".

Na obra de Hoggart, em particular, podemos ver uma mediação complexa entre as ordens de escala, do micro ao macro, para produzir um sentido concreto da cultura das pessoas da classe operária e seus recursos para sobrevivência. Assim como Ginzburg, Hoggart aborda questões de escala não apenas em seu enquadramento metodológico, mas também em seu tema, mostrando como o espaço "macro" da nação é inacessível aos trabalhadores do Norte (uma tática que Marx usou com grande efeito no capítulo 10 do *Capital*, v. 1). Como Gibson e McHoul (2001) observaram, o método de Hoggart era altamente interdisciplinar. Ele essencialmente inventou o método da "bricolagem" nos estudos culturais, combinando "estudos

literários, sociologia e autobiografia"; para substituir a "grande história literária" pelo "detalhe das pequenas histórias da vida cotidiana" (GIBSON; MCHOUL, 2001, p. 23, 25; cf. DWOR-KIN, 1997, p. 85). A mistura não era apenas um conjunto de escolhas feitas com interesses no efeito retórico. Ela também refletia os arranjos institucionais que circunscreviam a posição a partir da qual ele falava – o garoto bolsista, cuja curiosa perspectiva interna/externa o tornava uma figura que poderia ser tomada como "estando na origem dos próprios estudos culturais" (p. 24-25). Mas a perspectiva mediada de Hoggart faz mais do que tornar possível uma técnica narrativa móvel, movendo-se facilmente de uma escala de análise para outra a fim de produzir tanto representações texturizadas quanto julgamentos distanciados. Ela também o leva a uma discussão sobre as ordens de escala como expressões do poder material. Em uma seção do *The uses of literacy*, intitulada "O pessoal e o concreto", ele observa que as concepções de "nós" e "eles" da classe operária fundam-se em uma falta de acesso a escalas não locais de experiência social: "A questão de como enfrentamos 'eles' (seja lá quem 'Eles' forem) é, enfim, a questão de como ficamos em relação a qualquer coisa não visível que seja intimamente parte do nosso universo local" (HOGGART, 1998/1957, p. 72). Para Hoggart (1998/1957, p. 73), a visão de mundo da classe operária de sua vizinhança tinha como premissa a impossibilidade de abstrações e traduções em escala, tais como "as necessidades do estado" ou a "boa cidadania". Ele tomou sua própria mobilidade por meio do sistema de educação britânico, e as ofensas de classe incorridas ao longo do caminho, para ganhar uma perspectiva mais "aérea", uma perspectiva que incluiu uma consciência do delineamento de classe dos horizontes de abstração, de conhecimento e do acesso de nível macro no interior do qual modelos burgueses de vida política são formados. A técnica de Hoggart, incorporando sua própria viagem entre escalas, corporifica, assim, o tipo de abstração identificada por Hall, por meio da metáfora do microscópio e do mapa 1:1, como uma incumbência dialética dos estudos culturais: reproduzir o concreto no pensamento.

No entanto, ao longo das poucas décadas seguintes, críticas dentro do movimento dos estudos culturais começariam a questionar a política de conhecimento, os modelos do social e as suposições acerca da subjetividade universal que passaram a ser codificadas no conceito de *ordinariedade* como proposto por Hoggart e outros. Originalmente servindo como uma ferramenta heurística no ensino superior, forçando o debate acerca das hierarquias da cultura e chamando a atenção para as pessoas normais afetadas por essas hierarquias, o próprio ordinário tornou-se um problema, construindo escalas hierárquicas próprias. Na medida em que os estudos culturais se desenvolveram e se institucionalizaram em Birmingham nos anos 1960 e 1970, outras figuras que não a do menino bolsista vieram defender os estudos culturais e causar estragos com o "ordinário" em que suas teorias da cultura se baseavam. Nesse processo, escalas de análise mais diversificadas entraram no repertório de metodologias dos estudos culturais, conforme expresso tanto nos projetos de pesquisa do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CECC) como em seus seminários teóricos.

Talvez o primeiro desafio para o ordinário tenha vindo na forma altamente visível das culturas da juventude que surgiram nas décadas de 1960 e 1970, culturas que, em seu desafeto, marginalidade e formas extraordinárias de exibição formadas em parentesco e conflito com o estilo Negro Britânico, colocaram pressão sobre as conexões homogêneas autoevidentes entre a cultura da classe operária e a ordinariedade. Nos encontros entre intelectuais e a juventude que aconteciam nesse período, novos modelos da pesquisa se formaram. Uma compreensão renovada das relações de poder e julgamentos de escala desempenhou um papel importante em seu desenvolvimento. Culturas da juventude trouxeram uma visibilidade espetacular e novas formas de coletividade social para a agenda de pesquisa, levantando novas questões sobre a direção da cultura da classe operária e a cultura nacional na Grã-Bretanha. Em 1959, escrevendo na última edição da ULR, Hall (apud HARTLEY, 1992, p. 6) propôs que

[...] a revolta e a iconoclastia da juventude surgem por causa das contradições entre os elementos verdadeiros e falsos em sua cultura: porque a onda da prosperidade pós-guerra os ergueu a limites culturais que oferecem recompensas desiguais às expectativas criadas.

A cultura da juventude, nessa formulação, foi um dos muitos sintomas da decepção da classe operária com a promessa da prosperidade pós-guerra. Para apreender essas mudanças, os pesquisadores se basearam em técnicas de investigação em pequena escala, como a etnografia e a observação participante, a fim de suplementar as técnicas mais formais de entrevista que haviam caracterizado previamente os experimentos sociológicos, como os relatórios da ULR sobre a vida nas "Novas Cidades". Essas técnicas mantinham o investigador na mesma escala que seu ou sua informante, de modo que nenhuma visão total "aérea" das tradições culturais poderia ser adquirida. Assim, o que *Resistance through ritual* (HALL; JEFFERSON, 1976) e *Subcultures* (HEBDIGE, 1979) produziram não era uma visão holística da cultura composta de camadas de ordinariedade infinitesimal, mas uma visão em escala um pouco mais complexa do conflito geracional, da heterogeneidade racial e dos modos de consumo cultural dentro da homogênea designação de classe. A ordinariedade tornou-se uma ideologia parental, uma tradição em crise.

No entanto, seriam necessárias intervenções das feministas e dos estudiosos trabalhando em questões de raça e etnia na cultura britânica para que a regra da ordinariedade fosse plenamente demolida, revelando os pressupostos sobre os quais estava baseada (HALL, 1992; cf. BRUNSDON, 1996, sobre as problemáticas suposições subjacentes às narrativas da história do CECC como uma série de "interrupções" pelo feminismo e pelo ativismo negro). Certos tipos de vida das pessoas e atividades culturais estavam começando a representar o ordinário em detrimento de outros, especificamente das atividades das mulheres. Esses normais, ao que parece, eram simplesmente *muito* normais para capturar a atenção dos pesquisadores.

Após as intervenções feministas na agenda de pesquisa do Centro, a "dona de casa" tornou-se o lugar das formas da cultura ordinária densamente descritas e participativamente observadas com as quais a pesquisa dos estudos culturais estava se preocupando (sobre isso, ver BRUNSDON, 1999. Ver também DWORKIN, 1997, p. 176-180). Na mesma época, temas normativos e universais assumiram um desafio diferente, na medida em que as bolsas de estudos raciais e étnicas no âmbito dos estudos culturais britânicos colocaram em questão toda a centralidade do ordinário como objeto de estudo. A *ordinariedade* aproximou-se perigosamente do conceito de *anglicismo*, uma forma de exclusão emergindo de condições históricas do império e da imigração. Para alguns bretões, a *ordinariedade* nunca foi uma opção. Essas bolsas reorientaram as preocupações com a especificidade e a concretude para longe das rotinas do ordinário e em direção à contínua crise das relações raciais na Grã-Bretanha, uma crise formada no final da década em concomitância com a vitória de Thatcher e de uma série de incidentes de revolta e violência racial (DWORKIN, 1997, p. 180). Nesse clima daquilo que Hall mais tarde chamaria de "populismo autoritário", denominações de *ordinariedade*, de *anglicismo*, de "nós", se tornariam conceitos problemáticos. Eles foram revelados como expressões do poder vigente, marcando algumas experiências como universais e outras como específicas e parciais.

De acordo com Hall (1992, p. 283), essas intervenções e a "virada linguística" impelida pela teoria continental deram a direção das discussões metodológicas no CECC, sob a direção de Richard Johnson na segunda metade da década de 1970. O foco (implicitamente branco, masculino) no "ordinário" entendido como a cultura da classe operária propiciou modelos de poder e opressão altamente complexos e teóricos, incluindo o racismo e o sexismo, nos quais a luta de classes era apenas um dentre vários fatores. Em termos metodológicos, isso teve várias consequências. Primeiro, trouxe outras figuras teóricas, como Fanon, para o panteão dos estudos culturais (STAM, 2001). Em segundo lugar, colocou formas não populares de mídia na órbita conceitual dos estudos culturais, especificamente os ensaios de filmes experimentais de coletivos do cinema negro (PINES, 1996). E, em terceiro lugar, ao insistir na especificidade histórica da raça, "a fim de ver como ela se articula – ou não – com outras relações sociais" (SOLOMOS et al., 1982 apud DWORKIN, 1997), as bolsas raciais e étnicas tornaram impossível a estruturação de modelos de cultura em conformidade com simples hierarquias de significado ancoradas em uma "última instância" econômica. Essa insistência na *especificidade* interrompeu quaisquer equivalências identitárias fáceis que pudessem ser feitas sob termos como "história das mulheres" (CARBY, 1982/1996). Da mesma maneira que, algumas décadas antes, a *ordinariedade* havia revelado o sistema de valores das abordagens tradicionais acerca da cultura no ensino superior, essas intervenções em nível de raça e gênero expuseram a *ordinariedade* como um conceito que naturalizava certas hierarquias de escala, originando um tipo de experiência geral, primária e nacional, e, nesse processo, marginalizava outras para a zona do contingente e do específico. Outrora uma forma de comunicar a materialidade, a *ordinariedade* agora trabalhava para apagar isso.

ESTUDOS CULTURAIS PÓS-COMUNS: ARTICULAÇÃO E POLÍTICA

O que substituiu a ordinariedade nos estudos culturais britânicos (ou anglófonos)? Se o termo representava uma insistência metodológica de que o ato de chamar algo ou alguém de "ordinário" era um julgamento de escala inseparável das estruturas sociais de classe (ou raça e gênero), as subsequentes agendas de pesquisa dos estudos culturais deslocaram a questão da política de escala do ordinário em direção ao conceito mais abstrato de concretude (essa mudança está incorporada no artigo de 1980 tornado resumo, *Dois paradigmas*, de Stuart Hall). Na década de 1970, um compromisso com a teoria gramsciana e o estruturalismo althusseriano levou muitos do lado culturalista a articular o sentido da política de pesquisa em termos menos históricos e mais teóricos. No entanto, questões de escala, de maneiras diferentes, permaneceram centrais para as agendas de pesquisa desenvolvidas a partir dessa mudança. Emblemático da mudança é a obra de Raymond Williams que se seguiu à "virada linguística", em que o lugar estrutural ocupado pela ordinariedade passa a ser reivindicado por uma noção teoricamente informada de *materialidade*. Guiada por uma contínua suspeita das abstrações, a influente e exemplar discussão de Williams acerca dos modelos de base/superestrutura em *Marxismo e literatura* (1977) oferece uma crítica profunda das teorias dicotômicas com base em uma distinção burguesa entre o material e o imaterial. Williams (1977, p. 111) achou o conceito de hegemonia de Gramsci vital para uma maneira de pensar sobre como a vida material – instituições e práticas da cultura – serviu como uma arena para a dominação e a subordinação. Embora reconhecendo as contribuições do estruturalismo althusseriano à teoria cultural marxista, particularmente o papel da ideologia na reprodução das relações de produção, Williams (1977, p. 93) recusou-se a ver a relação base/superestrutura em termos althusserianos, isto é, como uma oposição entre o mundo material e o mundo das ideias voltado para a perpetuação das relações de produção material. Pelo contrário, tudo é material; é a designação de certos fenômenos como não materiais em que consiste o movimento ideológico característico da filosofia burguesa. Em um ensaio sobre a sociologia da cultura, Williams (1977, p. 136) igualmente criticou "o conceito burguês de 'comunicação de massa' e o conceito radical de 'manipulação de massa' a ele ligado" como "inadequado para a verdadeira sociologia dessas instituições centrais e variadas". Em vez do estudo dos difusos fenômenos psicológicos dos efeitos da mídia, ele defendeu o estudo "da sociologia complexa dos produtores da [mídia], como gerentes e agentes no interior dos sistemas capitalistas" (WILLIAMS, 1977, p. 137). Essa ênfase na materialidade manteve o foco nas pessoas que inicialmente haviam trazido a ordinariedade como tema de pesquisa para o centro das atenções. Mas agora, seguindo a "virada linguística" nos estudos culturais, as pessoas cujas atividades conjuntas compreendem as instituições onde a cultura é *produzida*, em vez daquelas que consomem a cultura, definiram o sentido do materialismo cultural de Williams.

Essa virada em direção à produção cultural, por sua vez, antecipou as ideias sobre a política de escala que emergiam em agendas de pesquisa dos estudos culturais nesse período, ideias que, nesse movimento, implicitamente reavaliavam e reinterpretavam as noções de concreto, de ordinário e de material. As duas que vou examinar aqui parecem ser, à primeira vista, radicalmente opostas uma à outra em sua compreensão do ativismo intelectual. Uma delas, o conceito de articulação, estendeu os estudos culturais em uma direção teórica, enquanto a outra, a defesa de políticas culturais, afastou-se da teoria em favor da ação administrativa. Ambas, no entanto, procuraram desvendar os significados políticos da *concretude*. Em um acerto de contas com a escala como expressão de graus de materialidade, essas novas direções nos estudos culturais podem ter desafiado os pressupostos subjacentes à ordinariedade como assunto principal, mas, apesar disso, mantiveram contato com as intervenções teóricas previamente feitas em seu nome. Como os processos de pequena escala, em nível micro, designados pelos conceitos de ordinário e popular, ambas as formações de identidade descritas pela teoria da articulação e o trabalho prático, gerencial da política de cultura fizeram descobrir as origens materiais das abstrações geradas pela ideia de cultura em um momento particular. Ao traçar os significados políticos da metodologia, tanto da articulação como da política enquanto projetos orientados materialmente, este ensaio se move em direção a suas especulações finais acerca dos meios pelos quais uma consciência da política de escala pode continuar a servir como uma ferramenta valiosa para o ativismo intelectual, quer seja carregado sob a bandeira dos estudos culturais ou não.

A teoria da articulação inaugurou uma mudança metodológica nos estudos culturais – da ordinariedade para a crise, de classe para múltiplas estruturas de diferença. Como poderiam as experiências sociais e estruturação de raça e/ou gênero e/ou sexualidade em determinado momento histórico mediar e até mesmo determinar a economia política? – perguntaram os pesquisadores, reconhecendo, tanto quanto possível, a mutabilidade de tais categorias enquanto surgiam como formas de conhecimento social. A teoria da articulação foi a solução. De acordo com Jennifer Darryl Slack (1996, p. 116), a articulação emergiu como um modelo por meio do qual os pesquisadores em estudos culturais puderam manter, por tanto tempo quanto possível, uma perspectiva materialista da cultura associada a conceitos marxistas existentes de cultura e determinação, resistindo demasiadamente às abstrações redutoras. Como a genealogia que Slack (1996, p. 117) fez do termo aponta, *articulação* geralmente serviu como uma espécie de marcador de posição para uma postura não redutora nas discussões do marxismo britânico acerca da cultura no final dos anos 1970 e início dos 1980, significando a possibilidade de “teorizar sobre os elementos de uma formação social e as relações que a constituem não apenas como relações de correspondência [...] mas também como relações de não correspondência e contradição [...]”. Questões de escala estavam implícitas em todas essas discussões, orientadas, como geralmente estavam, em torno do conceito althusseriano de “uma totalidade complexa estruturada predominantemente [...] constituída

de um relacionamento entre os níveis" (SLACK, 1996). Essas discussões emprestaram de Marx a ideia de que tais relações não estavam predestinadas pelo modo de produção, mas sim "produzidas dentro de conjunturas específicas [que] passaram a ser vistas como articulações historicamente específicas de forças sociais concretas" (SLACK, 1996, p. 117). Hall, baseando-se em Ernesto Laclau e Antonio Gramsci, trouxe o modelo de articulação para os estudos culturais, onde propôs que fosse entendido como um tipo particular de processo concreto:

Uma articulação é, assim, a forma da conexão que *pode*, sob certas circunstâncias, fazer uma unidade a partir de dois elementos diferentes. Trata-se de uma ligação que não é necessária, determinada ou absoluta para todos os tempos. Você tem que perguntar: sob que circunstâncias *pode* ser feita uma conexão? (entrevista de 1986 com Grossberg, publicada em MORLEY; CHEN, 1996, p. 141).

Para Hall, havia suportes tangíveis para sua proposta da articulação como um pressuposto metodológico do trabalho nos estudos culturais. Tratava-se de um conceito que poderia desarmar modelos de poder excessivamente hierárquicos, e não apenas aqueles que haviam colocado as relações de produção no topo das prioridades (ou na parte inferior de controle) da escala, tanto como estruturas abstratas operando sobre a vida material, mesmo que sendo apenas "a última instância", mas também aqueles que tinham colocado um tipo particular de ordinariade (branco, do sexo masculino) na vanguarda da mudança política nos estudos culturais. Em 1980, descrevendo os princípios metodológicos ("protocolos teóricos") que poderiam ser derivados desse conceito e que "devem governar qualquer [...] investigação proposta" sobre o fenômeno premente do racismo sob o governo Thatcher, Hall (1980/1996, p. 50) priorizou "a premissa da especificidade histórica", na qual "o racismo não é tratado como uma característica geral das sociedades humanas, mas com racismos historicamente específicos". O racismo, em suma, é uma estrutura articulada no sentido de que não pode ser explicado "abstraido de outras relações sociais" (HALL, 1980/1996, p. 51). Assim, a articulação definiu uma agenda metodológica para os estudos culturais na medida em que requereu que a pesquisa começasse, observou Hall (1980/1996, p. 52),

[...] a partir do "trabalho" histórico concreto que o racismo realiza em condições históricas específicas – como um conjunto de práticas econômicas, políticas e ideológicas, de uma espécie distinta, concretamente articuladas com outras práticas em uma formação social.

O conceito de articulação prometeu, assim, reordenar as ordens de escala que haviam permanecido implícitas na suspeita dos estudos culturais sobre os universais, tornando mais centrais os limites, temporariamente escalados para baixo, das "condições históricas específicas". E nesse reconhecimento de múltiplas práticas interligadas, a articulação pareceu capaz de

transformar a abordagem materialista da cultura em uma flexível e historicamente sensível, e complexamente escalada, teoria do poder. Na insistência (*pace* Althusser) de nenhuma correspondência necessária entre os "níveis" da vida social, e na recusa de nomear causas estáveis e determinantes últimos *a priori*, a teoria da articulação substituiu os paradigmas explicativos marxistas "vulgar" e "estruturalista" pela insistência de Gramsci acerca do concreto. Como observa Hall (1986/1996, p. 413), o "trabalho de Gramsci aparece muitas vezes quase que *muito* concreto; muito específico historicamente, muito delimitado em suas referências, muito 'descritivamente analítico', muito preso ao tempo e ao contexto". Para Hall, a crítica (althusseriana) de Gramsci como "não teorizada" erra ao se equivocar sobre a natureza da dívida de Gramsci para com Marx. Enquanto certamente trabalhou com conceitos-chave do marxismo (modo de produção, forças e relações de produção), ele os reconheceu como abstrações.

Gramsci compreendeu que tão logo esses conceitos tenham que ser aplicados a formações sócio-históricas específicas [...] o que se requer é que o teórico mova-se do nível do "modo de produção" para um nível menor, mais concreto, de aplicação (HALL, 1986/1996, p. 414).

A concretude, em suma, restaurou o materialismo histórico ao método de Marx e, por meio do conceito de articulação, possibilitou que formas específicas de poder como o racismo fossem levadas em consideração em qualquer análise do capitalismo, e vice-versa.

Como Nick Couldry (2000, p. 94) aponta em relação ao "conexionismo", o legado da articulação nos estudos da cibercultura, a insistência em infinitas formas de determinação tem um uso limitado enquanto metodologia, uma vez que bloqueia as tentativas de "pensar concretamente sobre o que a complexidade da cultura poderia significar e o como investigá-la". E, de fato, embora o termo *articulação* tenha se tornado um elemento crucial do vocabulário dos estudos culturais, de modo algum isso deixa claro que qualquer um fazendo pesquisa sobre a cultura nos anos 1980 já sabia exatamente como traduzi-lo em um método, ou conjunto de técnicas. É notável, na verdade, que o ensaio de Slack (1996, p. 123-127) sobre "a teoria e método de articulação" ilustre a promessa desse conceito como método ao mostrar de que maneira ele poderia alterar as práticas de teorizar sobre a comunicação. Janice Radway (1996, p. 245) sugere que a articulação pode servir como base de uma etnografia "retrabalhada", que toma como seu objeto não textos e suas relações com os leitores, como fez seu influente *Reading the romance*, mas sim

[...] o processo fluido de articulação [...] o processo por meio do qual o sujeito humano histórico é construído através da ligação, choque e confluência de muitos discursos, práticas e atividades diferentes. Tal etnografia teria de começar com o cotidiano, não com os textos.

Essa proposta reafirma o ordinário em seu retorno à pequena escala do cotidiano. No entanto, ela não atinge os elementos de articulação mais complexamente escalados coloca-

dos em primeiro plano por Hall, a saber, os meios pelos quais conjunturas entre os diferentes "níveis" da vida social são formadas.

Isso sugere que, em vez de se focar apenas em uma escala de existência, o indivíduo, ou o grupo social, ou a prática do consumo, uma metodologia baseada na articulação precisaria de relações mais móveis com os modos de abstração e concretude. Mas esse reconhecimento não leva a metodologia muito mais longe em direção a um conjunto de técnicas. Em uma crítica do conceito de articulação como modelo para a metodologia política dos estudos culturais, Tony Bennett (1996, p. 83) argumenta que a própria "fluidez" do processo faz com que a *práxis* dos estudos culturais se incline fortemente em direção a registros discursivos. Esse, diz ele, é um grande problema com a tradição gramsciana dos estudos culturais. Contra esta, que em uma leitura um tanto idiossincrática ele vê como situando seu modelo de relações sociais não determinísticas em processos de representação, Bennett propôs um modelo foucaultiano, enfatizando a contingência do social em termos materiais em vez de termos discursivos.

Esse modelo, para Bennett (1996, p. 82), nos encorajaria mais a

[...] nos concentrar nas detalhadas rotinas de execução e procedimentos operacionais das instituições culturais [...] o negócio em que a cultura é pega, observado nesses termos, vai além da influência das representações em formas de consciência para incluir a influência das práticas institucionais, rotinas administrativas e arranjos espaciais sobre os repertórios disponíveis da conduta humana e os padrões de interação social.

Essa proposta relembra o apelo de Williams a uma sociologia da cultura; um passo adiante foi dado na atribuição de um sentido mais ativo da *práxis* para o pesquisador, que o moveu (ou a moveu) para além do mundo das representações em direção ao mundo das instituições.

A proposta de Bennett de aplicação de Foucault como um modelo de *práxis*, oferecida em resposta à discursividade da teoria da articulação, foi parte de um esforço mais amplo em direção à política cultural, como um meio de repensar a *práxis* política nos estudos culturais (BENNETT, 1998, p. 7; O'REGAN, 1993; CUNNINGHAM, 1992). Assim como a teoria da articulação, ela emergiu em diálogo com o estado e as estruturas de poder governamental em um contexto nacional particular. Mas ao passo que a primeira respondia ao problema político do Thatcherismo, a política cultural emergia de um contexto nacional politicamente progressivo, especificamente as iniciativas governamentais em cultura associadas à ininterrupta regra da Festa do Trabalho na Austrália de 1983 a 1996. Os argumentos para a defesa da política cultural como o trabalho próprio dos estudos culturais reuniram o concreto e o ordinário, mas não como um retorno ao ordinário originário da classe branca operária. Utilizando o trabalho posterior de Foucault (1979/2001) sobre a governabilidade como um modelo, Ben-

nett, Ian Hunter e outros deslocaram o lugar da ordinariade do objeto de pesquisa dos estudos culturais para a identidade do pesquisador. Não era mais radical estudar o ordinário e o insignificante, trazer a cultura popular em todas as suas formas microbianas para a academia. Antes, sugeriram os defensores da política, o gesto radical consistia em *ser* ordinário e insignificante, assumindo o disfarce modesto, prático do trabalhador do governo (BENNETT, 1992, apud O'REGAN, 1993, p. 195). O potencial do movimento político, eles sugeriram, não reside em termos de sua habilidade de produzir crítica cultural, mesmo que feito a serviço das formas normais, de pequena escala da cultura cotidiana, mas antes em sua habilidade de *ser* ordinário, instrumental, "atrelado" às instituições mais do que desdenhosamente condená-las e a suas populações a partir de uma ilusória posição de transcendência. Os praticantes de estudos culturais eram aqueles que precisavam se tornar normais, tão normais quanto as redes sociais organizacionais materiais nas quais a cultura é produzida, regulamentada, disseminada e reformulada. O burocrata, observa Morris (1992, p. 466), tornou-se a figura ideal dos estudos culturais.

Essa política cultural empurrada das bolsas de estudo na Austrália era uma intervenção materialista no sentido de que pretendia fundamentar a história do estudo da cultura nos modos de se governar. O valor político progressivo de tal movimento, de acordo com Ian Hunter (1992), estava em ter rompido com aquilo que ele via como uma abordagem romântica, estética, da cultura, implicitamente baseada em uma separação entre os intelectuais e seu objeto de estudo, fosse a serviço do desinteresse contemplativo ou uma retirada dialética: "o imperativo de se abster da atividade política direta até que o momento reconciliatório da dialética traga tempo para a maturação". Empregando a obra de Terry Eagleton como um exemplo, Hunter (1992, p. 355) sugere que "a noção de que a obra de arte não pode ser conhecida direta e definitivamente tem seu correlato na ideia de que a sociedade não pode ser imediatamente submetida à razão e intervenção administrativa". Ao argumentar que os métodos dos estudos culturais precisam espelhar o trabalho concreto e pragmático do técnico cultural, Hunter e outros invocaram a política de escala em sua tentativa de redirecionar o movimento para longe da

[...] grandiloquência ética em que massivos problemas históricos do mundo são debatidos em tal nível de generalidade que possivelmente não podem ser resolvidos, e colocados de maneira que não podem, não irão e jamais poderão ser conectados a agências pelas quais futuros sociais efetivos podem receber "um contorno definitivo" (MORRIS, 1992, p. 466).

Em outras palavras, os defensores da política inverteram o sentido da escala em que compreensões da política e da metodologia eram praticadas. Tornar-se banal, era, em suma, uma maneira de evitar a "banalidade dos estudos culturais" que Morris (1990, p. 24), em uma tirada muito citada, definiu como a infindável repetição de enunciados acerca da cultura como "complexa e contraditória".

Como observa O'Regan (1993, p. 197), o teor acrônimo ou/ou da intervenção política nos métodos dos estudos culturais era em larga medida uma reflexão sobre as circunstâncias institucionais da educação na Austrália naquele momento, "onde a injunção de ser socialmente relevante recebeu uma [definição] significativa, alternativa e muito mais específica" em virtude de um crescente movimento em direção à racionalização econômica na formação da política cultural. O próprio O'Regan (1993, p. 199) recusou-se enfaticamente a aceitar os termos ou/ou, propondo em seu lugar "uma visão alternativa de política" ou um tom latouiano em que a política é compreendida como "manejo de informação". Mais do que meramente reverter posições ocupadas pela crítica cultural e pela política cultural na escala hierárquica da relevância política e determinismo, como Bennett e outros haviam tentado, O'Regan (1993) rejeitou completamente essa ordem de escala, observando:

Eu não penso que a política [...] seja o motor estrutural que alimenta todo o resto. A política é um tipo particular de prática informacional com suas próprias limitações, potencialidades e ligações com outros tipos de discurso público, incluindo a crítica cultural e o jornalismo, sobre os quais não mantém qualquer preeminência necessária.

Nesse movimento, O'Regan (1993, p. 201) propôs uma compreensão ainda mais radical da política como sendo o ordinário, e das políticas subjacentes às escolhas metodológicas como contingências acerca de circunstâncias concretas: "Não há princípios *a priori* para a escolha da política sobre a crítica cultural. Nem pode ser feita qualquer presunção acerca da utilidade e efetividade social necessariamente pertencente a uma ou a outra". Nesse clamor por um sentido pragmático dos estudos culturais como um campo de ações sociais, O'Regan relativiza radicalmente a escala dos estudos culturais, vendo-a como uma, entre outras, forma de trabalho sobre o conhecimento levada a cabo no mundo em pequena escala das instituições governamentais. O apelo de O'Regan para uma compreensão pragmática e flexível do trabalho de política cultural, em vez de doutrinária, é um movimento importante, na medida em que inicia uma convergência entre a teoria da articulação enquanto processo social e a prática da política cultural. Ambas recusam a perspectiva "macro" e insistem que práticas intelectuais se "articulam" com outras práticas em um plano cultural mais amplo. Toby Miller (1998, p. 4), traduzindo esse encargo em um projeto para abordar determinados textos culturais, caracteriza esse método como a análise da cidadania cultural produzida "onde o popular e o cívico se renovam um contra o outro". Em tais formulações, um sentido da importância de momentos específicos de articulação na definição do projeto dos estudos culturais retorna como uma forma de prática cívica.

A título de conclusão, quero perguntar como esse interesse persistente de situar o trabalho dos estudos culturais no âmbito de padrões de referência crescentemente materiais conduz, talvez inexoravelmente, a uma compreensão mais relativista e material do ensino supe-

rior, tanto na esfera profissional quanto no local de trabalho. Isso implica, quero sugerir, uma reprise da ordinariedade como um conceito no ativismo intelectual dos estudos culturais.

CONCLUSÃO: TRABALHO ACADÊMICO COMO TRABALHO ORDINÁRIO

O reconhecimento das políticas de estudo acerca do trabalho de acadêmicos profissionais como existente em um *continuum* com outros modos governamentais de trabalho acerca do conhecimento é algo evidente em um foco corrente do ativismo intelectual nos Estados Unidos: as respostas ao aparente aumento da "universidade corporativa". Revigorado pela recente decisão do Conselho Nacional de Revisão do Trabalho (CNRT) sancionando a organização do trabalho dos estudantes de graduação em instituições privadas, um movimento baseado nas funções gerenciais e governamentais do professorado está surgindo. Grande parte desse movimento se baseia no inevitável reconhecimento do aumento da dependência da universidade de um grupo de trabalhadores flexíveis, temporários e mal remunerados em um conjunto cada vez maior de categorias de emprego eufemísticas. Nas palavras do organizador adjunto da faculdade Vincent Tirelli (1998, p. 181), "a faculdade de educação superior do país não tem sido imune à tendência do trabalho de baixa remuneração, tempo parcial e temporário". Se as ideologias da distinção de práticas de trabalho acadêmico muitas vezes repousam sobre modelos da escala hierárquica de meritocracia e de aprendizagem, então um aspecto do apelo a práticas de trabalho igualitárias na educação superior é a substituição desses modelos por um mais transparente, em que o trabalho acadêmico existe em um *continuum* com, em vez de ao lado de, outras formas de trabalho "ordinário" (JUFFER, 2001, p. 268-270; TIRELLI, 1998, p. 193-194). A dificuldade de se organizar em torno dessa ideia reside, observa Andrew Ross (2000, p. 6-7), no fato de a produção da cultura, seja pelos educadores ou pelos artistas, ser uma forma de trabalho tradicionalmente desencorajada por aqueles que a vendem. O problema, sugere Ross (2000, p. 2), é que

[...] as tradições artísticas e acadêmicas exaltam conceitos de sacrifício mental ou trabalho cultural que são cada vez mais vitais para novos setores importantes da indústria do conhecimento. Não mais à margem da sociedade, na Bohemia ou na Torre de Marfim, elas estão fornecendo uma justificativa para o mais recente modelo de exploração do trabalho em setores essenciais da nova ordem industrial, e pioneiro no trabalho de amanhã.

Os estudos culturais neste momento em particular são, curiosamente, menos afetados do que as disciplinas por essas mudanças, uma vez que os níveis mais elevados de exploração podem ser encontrados nas disciplinas e setores profissionais da instituição em vez de nos estudos culturais *per se*. Os estudos culturais não são parte da linha de produção da educa-

ção composta por adjuntos e estudantes de graduação empregados na universidade norte-americana, senão que esta linha é composta por professores de línguas, incluindo o "inglês como segunda língua", música, composição escrita, a produção de mídia e educação continuada – esta última uma fonte extremamente lucrativa de renda para grandes universidades urbanas privadas. Contudo, ao mesmo tempo, como foi o caso com os estudos culturais, esses lugares "extramuros" do ensino superior, a universidade de "postos avançados" marcando os pontos onde ela se encontra com o mundo para além do *campus*, servem como local de novas formas de ação política e pensamento radical.

Um artigo recente de Jane Juffer (2001) demonstra a contínua importância de uma reflexão detida sobre os pressupostos metodológicos subjacentes às críticas da economia política do ensino superior. Ordens de escala, ela indica, continuam a ser relevantes para o trabalho politizado dos estudos culturais dentro das disciplinas. Como uma crítica aos críticos da universidade corporativa, o ensaio exemplifica a relevância contínua da articulação, no sentido de consciência dos vínculos formados em momentos históricos concretos, como primeiro princípio do ativismo intelectual. Detalhando as contradições e obstáculos que enfrentam os estudos latinos neste momento no ensino superior, Juffer pergunta que tipo de prática intelectual os estudos culturais latinos devem adotar para melhor atender os alunos cuja entrada na universidade, afinal, foi possível por meio de modelos corporativos de diversidade orientada – modelos em que a "diversidade" serve aos propósitos de capacitação de trabalho em múltiplas dimensões. Muitos críticos lamentam a mercantilização do ensino superior. Mas, sob as atuais condições, pergunta Juffer (2001, p. 268), uma compreensão abstrata da cultura como "um espaço de oposição que é mais eficaz quando puro" é o melhor lugar para se lançar uma crítica? Afinal, muitas críticas traem a nostalgia de um passado em que era possível acreditar que a universidade estava livre da contaminação do mercado (e, ela indica, das pessoas que vieram com o mercado). Nessas críticas,

[...] como no discurso da diversidade corporativa [...] é concedido ao assunto uma autonomia que excede as condições materiais em que se considera, na verdade, que as condições materiais são um impedimento à verdade (JUFFER, 2001, p. 285).

Tanto o modelo sacrificial do trabalho acadêmico como um chamado vocacional e o modelo purista da cultura liberal como resistência à mercantilização são abstrações que ocultam sua origem nas condições materiais da universidade enquanto instituição. Em vez de montar uma política ativista nessa base, Juffer (2001, p. 285; cf. MILLER, 2003) clama por uma prática de estudos culturais latinos na instituição que *reconhece* "os compromissos materiais da universidade corporativa" em vez de desdenhar deles, "e consequentemente dos alunos e professores que ganharam a entrada com base nesses compromissos". Ao defender um modelo de trabalho acadêmico que aceita a ideia do professor como gerente, e que ten-

ta efetivar a agência política no interior dessa identidade, Juffer demonstra a contínua relevância da ordinariedade como uma "virtude cívica" mais valiosa do que o excepcionalismo liberal nos estudos culturais.

As observações de Juffer ilustram a necessidade contínua dos estudos culturais de refletir sobre os pressupostos políticos que subjazem os juízos de ordinariedade e transcendência. Codificado na frase "A cultura é ordinária" está o imperativo de compreender o trabalho do estudioso como parte de uma tradição de práticas normais no trabalho cultural – ensino, reforma, ativismo, trabalho político, administração. Cada vez mais, tentei mostrar, os estudos culturais são, em si, ordinários. O ativismo político na academia, se ele se chama estudos culturais ou não, pode recorrer a esta sensação de ordinariedade como recurso metodológico que concentra a atenção nas condições materiais de produção de conhecimento, e as protege contra a fácil aceitação das abstrações fundamentais. Embora os "estudos culturais" possam nem sempre se importar muito como uma disciplina ou um conjunto de técnicas únicas e coerentes de investigação, sua insistência metodológica em situar a produção do conhecimento dentro do mundo concreto, na pequena escala da vida cotidiana, dos espaços de lazer para o mundo do trabalho das instituições, garante a sua permanente relevância para a reflexão política dentro da educação superior.

From the ordinary to the concrete: cultural studies and the politics of scale

Abstract – In this article, Anna McCarthy explores the implications of understanding the term "scale" as a methodological concept, aiming mainly to argue for the possibility of fruitful employment of this notion in discussions concerning the research methodology of cultural studies. To this end, the author talks about the transition from the methodological perspective of cultural studies research agenda, a transition from an emphasis on the idea of "ordinariness" to an emphasis, after the 80s, on the idea of "concreteness".

Keywords: Scale. Cultural studies. Methodology. Research. Politics.

REFERÊNCIAS

BARNETT, C. Neither poison nor cure: space, scale, and public life in media theory. In: COULDRY, N.; MCCARTHY, A. (Ed.). *MediaSpace: place, scale, and culture in a media age*. Londres: Routledge, 2004. p. 58-74.

BENNETT, T. Putting policy into cultural studies. In: GROSSBERG, L. et al. (Ed.). *Cultural studies*. Nova York: Routledge, 1992. p. 23-33.

BENNETT, T. *Culture: a reformer's science*. Londres/Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998.

- BRUNSDON, C. A thief in the night: stories of feminism in the 1970s at CCCS. In: MORLEY, D.; CHEN, K.-H. (Ed.). *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. Londres: Routledge, 1996. p. 276-286.
- BRUNSDON, C. *The feminist, the housewife, and the soap opera*. Nova York: Oxford University Press, 1999.
- BRUNSDON, C. et al. Factual entertainment on British television: the Midlands TV Research Group's '8-9 Project'. *European Journal of Cultural Studies*, v. 4, n. 1, p. 29-62, 2001.
- BURKE, P. (Ed.) *New perspectives on historical writing*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2001.
- CARBY, H. White woman listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood. In: BAKER JR., H. A. et al. *Black British cultural studies: a reader*. Chicago: University of Chicago Press, 1982/1996. p. 61-86.
- COULDRY, N. *Inside culture: re-imagining the method of cultural studies*. Londres/Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2000.
- CUNNINGHAM, S. *Framing culture: criticism and policy in Australia*. North Sydney: Allen & Unwin, 1992.
- DWORKIN, D. *Cultural marxism in postwar Britain: history, the new left, and the origins of cultural studies*. Durham, NC: Duke University Press, 1997.
- FOUCAULT, M. *The order of things: an archaeology of the human sciences*. Nova York: Vintage Books, 1970.
- FOUCAULT, M. On governmentality. In: FOUCAULT, M.; FAUBION, J. D. et al. *Power: essential works of Foucault, 1954-1984*. Nova York: The New Press, 1979/2001. v. 3, p. 201-222.
- GARNHAM, N. Political economy and cultural studies: reconciliation or divorce?. *Critical Studies in Mass Communication*, v. 12, n. 1, p. 62-71, 1995.
- GIARD, L. Introduction. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MEYROL, O. *The practice of everyday life*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998. v. 2: Eating and Cooking.
- GIBSON, M.; McHOUL, A. Interdisciplinarity. In: MILLER, T. (Ed.). *A companion to cultural studies*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001. p. 23-35.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. *The end of capitalism (as we knew it): a feminist critique of political economy*. Cambridge, MA: Blackwell Publishers, 1996.
- GINZBURG, C. *The cheese and the worms: the cosmos of a sixteenth-century*. Tradução John e Anne Tedeschi. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980.

GROSSBERG, L. On postmodernism and articulation: an interview with Stuart Hall. In: MORLEY, D.; CHEN, K.-H. (Ed.). *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. Londres: Routledge, 1996. p. 151-173.

GROSSBERG, L. *Bringing it all back home: essays on cultural studies*. Durham, NC: Duke University Press, 1997.

HALL, S. Cultural studies: two paradigms. *Media, Culture, and Society*, v. 2, p. 57-72, 1980.

HALL, S. Race, articulation, and societies structured in dominance. In: BAKER JR.; H. A. et al. *Black British cultural studies: a reader*. Chicago: University of Chicago Press, 1980/1996. p. 16-60.

HALL, S. Gramsci's relevance for the study of race and ethnicity. In: MORLEY, D.; CHEN, K.-H. *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. Londres: Routledge, 1986/1996. p. 411-440.

HALL, S. Cultural studies and its theoretical legacies. In: GROSSBERG, L. et al. (Ed.). *Cultural studies*. Nova York: Routledge, 1992. p. 277-294.

HALL, S.; JEFFERSON, T. *Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain*. Londres: Hutchinson, 1976.

HARTLEY, J. *The politics of pictures: the creation of the public in the age of popular media*. Londres/Nova York: Routledge, 1992.

HARTLEY, J. *The uses of television*. Londres: Routledge, 1999.

HARVEY, D. *Justice, nature and the geography of difference*. Cambridge, MA: Blackwell, 1996.

HEBDIGE, D. *Subculture: the meaning of style*. Londres: Routledge, 1979.

HOGGART, R. *The uses of literacy*. New Brunswick, NJ/Londres: Transaction Publishers, 1998/1957.

HUNTER, I. Aesthetics and cultural studies. In: GROSSBERG, L. et al. (Ed.). *Cultural studies*. Nova York: Routledge, 1992. p. 347-367.

JUFFER, J. The limits of culture: Latino studies, diversity management, and the corporate university. *Nepantla*, v. 2, n. 2, p. 265-293, 2001.

KARSTEN, P.; MODELL, J. (Ed.) *Theory, method, and practice in social and cultural history*. Nova York: New York University Press, 1992.

DE LAET, M. Notes on the traffic between cultural studies and science and technology studies. In: MILLER, T. (Ed.). *A companion to cultural studies*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001. p. 101-115.

MA, E. Peripheral vision: chinese cultural studies in Hong Kong. In: MILLER, T. (Ed.). *A companion to cultural studies*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001. p. 259-274.

- MARTIN, R. The renewal of the cultural in sociology. In: MILLER, T. (Ed.). *A companion to cultural studies*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001. p. 63-78.
- MARX, K. *Grundrisse*. Tradução Ben Fowkes. Londres: Penguin Books, 1973.
- MASSEY, D. *Space, place, and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- MAXWELL, R. Political economy in cultural studies. In: MILLER, T. (Ed.). *A companion to cultural studies*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001. p. 116-138.
- MILLER, T. *Technologies of truth: cultural citizenship and the popular media*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- MILLER, T. What it is and what it isn't: introducing... cultural studies. In: MILLER, T. (Ed.). *A companion to cultural studies*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001. p. 1-22.
- MILLER, T. Governmentality or commodification? US higher education. *Cultural Studies*, v. 17, n. 6, p. 897-904, 2003.
- MORLEY, D.; CHEN, K.-H. *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. Londres: Routledge, 1986/1996.
- MORRIS, M. Banality in cultural studies. In: MELLENCAMP, P. (Ed.). *Logics of television essays in cultural criticism*. Bloomington: Indiana University Press, 1990. p. 14-43.
- MORRIS, M. On the beach. In: GROSSBERG, L. et al. (Ed.). *Cultural studies*. Nova York: Routledge, 1992. p. 450-478.
- NELSON, C. et al. Cultural studies: an introduction. In: GROSSBERG, L. et al. (Ed.). *Cultural studies*. Nova York: Routledge, 1992. p. 1-16.
- O'REGAN, T. (Mis)taking policy: notes on the cultural policy debate. In: FROW, J.; MORRIS, M. (Ed.). *Australian cultural studies: a reader*. Urbana: University of Illinois Press, 1993. p. 192-208.
- OXFORD ENGLISH DICTIONARY. 2. ed. 1989. Disponível em: <<http://dictionary.oed.com>>. Acesso em: 28 nov. 2014.
- PINES, J. The cultural context of black British cinema. In: BAKER JR., H. A. et al. *Black British cultural studies: a reader*. Chicago: University of Chicago Press, 1996. p. 183-193.
- RADWAY, J. The hegemony of specificity and the impasse in audience research. In: HAY, J.; GROSSBERG, L.; WARTELLA, E. (Ed.). *The audience and its landscape*. Boulder, CO: Westview Press, 1996. p. 235-246.
- ROSS, A. The mental labor problem. *Social Text*, v. 18, n. 2, p. 1-31, 2000.
- SLACK, J. The theory and method of articulation in cultural studies. In: MORLEY, D.; CHEN, K.-H. (Ed.). *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. Londres: Routledge, 1996. p. 112-130.

SMITH, N. Contours of a spatialized politics: homeless vehicles and the production of geographic scale. *Social Text*, v. 33, p. 55-81, 1992.

STAM, R. Cultural studies and race. In: MILLER, T. (Ed.). *A companion to cultural studies*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001. p. 471-489.

THE BRITISH LIBRARY. Disponível em: <<http://www.bl.uk/>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

THOMPSON, E. P. Interview. In: ABELOVE, H. (Ed.). *Visions of history*. Nova York: Pantheon, 1984.

TINKCOM, M. *Working like a homosexual: camp, capital, cinema*. Durham, NC: Duke University Press, 2002.

TIRELLI, V. Adjuncts and more adjuncts: labor segmentation and the transformation of higher education. In: MARTIN, R. (Ed.). *Chalk lines: the politics of work in the managed university*. Durham, NC: Duke University Press, 1998. p. 181-201.

WEBSTER, Frank. Sociology, cultural studies, and disciplinary boundaries. In: MILLER, T. (Ed.). *A companion to cultural studies*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001. p. 79-100.

WILLIAMS, R. *Culture and society, 1780-1950*. Londres: Chatto & Windus, 1958.

WILLIAMS, R. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. Nova York: Oxford University Press, 1976.

WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Nova York: Oxford University Press, 1977.

WILLIS, P. Notes on method. In: HALL, S.; DOBSON, D.; WILLIS, P. (Ed.). *Culture, media and language*. Londres: Hutchinson, 1980. p. 88-95.

WISSOKER, K. Negotiating a passage between disciplinary borders. *Chronicle of Higher Education*, Apr. 14, p. B4, 2000.